

Manifesto onde estão os desaparecidos políticos? Estado de exceção ontem e hoje (2017)

Neste dia de 31 de março de 2017, reunimo-nos na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que foi uma das instituições de ensino que teve estudantes presos, torturados, mortos e desaparecidos há décadas sem que nenhuma resposta tenha sido dada até agora. As famílias, a Universidade e a sociedade em geral têm direito de saber onde estão e o que aconteceu com cada um deles e com todos os desaparecidos. Eles fazem parte da história política do povo brasileiro.

Nesta história política, não podem ser esquecidos os 436 mortos e desaparecidos políticos, as 10.034 pessoas submetidas a inquérito e 7.376 indiciadas por crimes políticos, os 130 banidos, 4.862 casados e os 6.952 militares atingidos pela ditadura segundo o Dossiê da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; os 1.196 camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; os 8.350 indígenas mortos e desaparecidos segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, que só conseguiu pesquisar dez etnias. Esses números, embora muito incompletos, servem para sugerir a violência de um regime fundado por um golpe de Estado e baseado em crimes de lesa-humanidade.

Quase 53 anos depois do golpe de 1964, o Estado continua com sua dívida em relação aos desaparecidos políticos. A Comissão Nacional da Verdade não logrou fazer avanços significativos na questão, e o seu relatório foi engavetado pelo governo federal, inclusive a recomendação de investigar e responsabilizar os agentes das graves violações de direitos humanos de acordo com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a lei de anistia.

O Estado brasileiro continua descumprindo a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 2010, no caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil, sobre a Guerrilha do Araguaia, de localizar os desaparecidos, investigar as circunstâncias dos crimes e punir os agentes responsáveis pelas torturas, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados.

A busca dos desaparecidos do Araguaia está paralisada. Em São Paulo, o trabalho de identificação das ossadas da Vala de Perus, iniciado em 1990, até hoje não foi concluído devido à paralisação em diversos momentos. Há pouco terminaram os contratos da equipe de antropologia forense que vinha atuando, com interrupções, desde 2014. O governo federal realizou uma contratação temporária de apenas três técnicos, o que não substitui uma equipe.

Falta realizar, na grande maioria dos casos, a retificação dos atestados de óbito dos mortos e desaparecidos políticos. Apesar da lei no 9140 de 1995, que reconheceu “como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979”, os atestados não mencionaram os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura, tampouco a responsabilidade do Estado brasileiro.

Quase 53 anos depois do golpe de 1964, a democracia continua sendo ferida; está sendo atingida a democracia representativa e o voto popular, ergue-se uma onda de ataque institucional contra os direitos humanos, o que inclui retrocessos no campo dos direitos sociais, dos direitos territoriais das comunidades tradicionais e dos direitos originários dos povos indígenas, que continuam sofrendo ações de etnocídio e genocídio.

Quase 53 anos depois do golpe de 1964, o Estado brasileiro continua a vigiar e reprimir militantes e manifestantes por direitos tão básicos como a circulação, a saúde, a educação. Continua existindo uma polícia militarizada, contra as recomendações da ONU, da Comissão Nacional da Verdade e de outras Comissões da Verdade, bem como dos movimentos contra a violência policial e contra o encarceramento em massa e o genocídio da juventude preta, pobre e periférica.

Amanhã, primeiro de abril, o golpe de 1964 fará 53 anos. Para protestar contra tudo o que não foi resolvido em matéria de democracia e justiça de transição, chamamos para um ato no antigo DOI-Codi de São Paulo, na rua Tutoia, n. 921, às 16 horas.

Apesar da recomendação da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” de transformar o antigo DOI-Codi em local de memória política, e da decisão do Condephaat, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, pelo tombamento do prédio, a mudança de uso do imóvel ainda não foi realizada pelo Governo do Estado, o que configura mais uma dívida com os mortos e desaparecidos políticos.

Assinam as seguintes entidades e militantes:

Memória, Verdade e Justiça:

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

Comissão da Verdade do estado de SP Rubens Paiva

CPMVJ - Comitê Paulista Pela Memória, Verdade e Justiça

Movimento Independente #Mães de Maio

ANAP - Associação Nacional dos Anistiados Políticos

Coletivo Merlino

Coletivo RJ Memória, Verdade, Justiça

Comissão da Verdade da ADUNESP

Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Distrito Federal

Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça RJ

Fórum de Reparação e Memória do RJ

Fórum Permanente de ex-presos e perseguidos políticos do Estado de SP

Grupo Filh@s e Net@s SP- Direitos Humanos, Memória, Verdade e Justiça

Grupo Tortura Nunca Mais

H.I.J.O.S. – Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio

Núcleo de Preservação da Memória Política

Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

Direitos Humanos:

Associação Juízes para a Democracia

Casa da Solidariedade

Centro Cultural Manoel Lisboa

Centro de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupa - I

Centro Popular de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito de Alencar Lima

CDHMP-RN – Centro Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte

Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz”

COADE – Coletivo Advogados para Democracia

Coletivo Contra Tortura

Coletivo em Silêncio no RJ

Coletivo Transforma MP

Conectas Direitos Humanos

CORES – Coletivo Respeito Unicuriúba

NMK – Núcleo Maximiliano Kolbe

Rede Feminista de Juristas – DeFEMde

Rede Índio É Nós

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Movimentos Sociais:

Brigadas Populares

CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Migrante
Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro
Espaço Popular Tereza de Benguela
IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
Levante Popular da Juventude
Marcha Mundial das Mulheres
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB
Movimento de Mulheres Olga Benario
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento de Trabalhadores Sem Teto
Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo
Projeto NEGRUME
Promotoras Legais Populares
SOF Sempreviva Organização Feminista
UJR - União da Juventude Rebelião
União de Mulheres de São Paulo

Acadêmicas, de Pesquisa e Estudantis:

CEEP – Centro de Educação, Estudos e Pesquisas
Centro Acadêmico XI de Agosto
Centro Acadêmico 22 de Agosto
Clínica do Testemunho/Centros de Estudos em Reparação Psíquica
FENET - Federação Nacional de Estudantes em Ensino Técnico
Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) – GT
Direito, Memória e Justiça de Transição
Instituto Sedes Sapientiae
Núcleo de Filosofia e Política (FiloPol/Unifesp)

Culturais e de Comunicação:

Associação Cultural José Martí da Baixada Santista

CEP 20.000

Cia. Carne Agonizante

CIM – Centro Informação Mulher

Coletivo Juventude na Ativa - São José dos Pinhais

Cooperativa Paulista de Dança

Cordão da Mentira

Fórum de Cultura da Zona Leste

Grupo de côco Semente Crioula

Grupo de Teatro Buraco do Oráculo

Kiwi Companhia de Teatro

Mal-Amadas - Poética do Desmonte

Movimento Cultural das Periferias

Oficina Experimental de Poesia

Rádio Popular

Teatro Studio Heleny Guariba

Político-partidárias:

Consulta Popular

Mandato da vereadora de São Paulo Isa Penna – PSOL

Mandato da vereadora de São Paulo Juliana Cardoso – PT

Mandato do vereador de São Paulo Toninho Vespoli – PSol

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

UP – Unidade Popular Pelo Socialismo

#partidA feministA

Profissionais e sindicais:

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-06

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FENAMETRO – Federação Nacional dos Metroviários

Intersindical Central da Classe Trabalhadora

Movimento Luta de Classes – MLC

UST Central Sindical

Militantes e ativistas:

Adriano Diogo, presidente da Comissão da Verdade Rubens Paiva e ex-presos político

Amelinha Teles, militante feminista e pelos direitos humanos e ex-presos política

Ana Corbisier, socióloga

Arthur Gonçalves Filho

Artur Scavone, jornalista

Aton Fon Filho, advogado

Carmen Lúcia Diniz dos Santos, servidora pública

Cesar Cordaro, advogado, Membro do CPMVJ

Chacal, poeta

Criméia Almeida, militante feminista e pelos direitos humanos e ex-presos política

Davina Valentim da Silva, petroleira aposentada

Dermi Azevedo, Fundador do Movimento Nacional dos Direitos humanos (MNDH)

Djamila Ribeiro, filósofa e feminista negra

Dulce Muniz, diretora artística do Teatro Studio Heleny Guariba
Edson Teles, sobrinho de André Grabois (desaparecido) e professor da Unifesp

Elis Regina Azevedo, pedagoga e membro do Núcleo Maximiliano Kolbe

Graciela Foglia, docente UNIFESP-Guarulhos

Graziela Massonetto, jornalista

Guiomar Silva Lopes, médica

Helenalda Rezende, professora e familiar de desaparecida política

Inês Amazilis Choueri, funcionária pública municipal

Isabel Luiza Piragibe

João Paulo de Saboia Fiuza – Jopa, professor

Laura Petit, familiar de desaparecidos políticos

Liniane Haag Brum, pesquisadora e autora de Antes do Passado

Lucy Satiko Hashimoto Soares, Docente/Instituto Oceanográfico/USP

Marceli Ferreira Alves, professora

Márcia Regina Choueri, tradutora

Marco Antonio Santos, psicólogo

Maria Carolina Bissoto, advogada

Pádua Fernandes, escritor e pesquisador do IPDMS

Renan Quinalha, ativista de Direitos Humanos e advogado

Roberto Carlos Alves de Souza, presidente PT DZ Perdizes

Rodrigo Sérvulo da Cunha, RAIZ Movimento Cidadanista

Rogério Wagner S. Leite

Ronilde Rocha Machado

Rosa Costa Cantal, membra da Diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais-SP e filha de ex-presos políticos

Rose Mary Teles Sousa, professora da rede pública estadual de SP

Silvia Brandão, doutoranda em filosofia

Suzana Keniger Lisboa, familiar de assassinado pela ditadura

Takao Amano, advogado

Thaelman Carlos Machado de Almeida, poeta, jornalista e escritor

Ugo Breyton Silva, estudante e neto de presos políticos

Vanda Pignato, advogada

Vera Vital Brasil, ex-presa política e psicóloga clínica institucional

Vladimir Safatle, professor da USP

Waldir Porfírio da Silva, advogado e membro da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba